

A Educação Popular e suas principais contribuições para a educação.

La Educación Popular y sus principales contribuciones a la educación.

Mestranda Elizabete Silva dos Santos Farias¹

Dr^a Lisiane Costa Claro²

Resumo

O presente trabalho tem a finalidade de identificar as principais contribuições da Educação Popular, por meio dos textos *Pedagogia do Oprimido* de Paulo Freire (1987) e do *Marco de Referência da Educação Popular* (2014; 2025) para a educação. A Educação Popular (EP) tem suas raízes no pensamento e na pedagogia de Paulo Freire e em práticas educativas voltadas à emancipação dos sujeitos e à transformação social, sendo reconhecida nas políticas públicas brasileiras, o que pode ser elucidado com a publicação do *Marco de Referência da Educação Popular* lançado em 2014, e revisado em nova versão (Brasil, 2025). A EP constitui-se como uma prática educativa libertadora e transformadora, fundamentada no diálogo, na valorização dos saberes populares e na construção coletiva do conhecimento, buscando a emancipação dos sujeitos historicamente oprimidos. Freire (1987) propõe a superação da educação “bancária” e a adoção de uma educação dialógica, na qual educador e educando se ensinam mutuamente, mediatizados pelo mundo. Essa concepção rompe com a lógica da opressão, promovendo a conscientização crítica e o engajamento social. Com ela, percebemos a relevância dos saberes populares na elaboração de uma educação voltada para a comunidade. O Marco de Referência (Brasil, 2014; 2025) reforça essa visão, reconhecendo a Educação Popular como instrumento político-pedagógico que articula cultura, direitos humanos e participação social. Contribui para a democratização das políticas públicas e o fortalecimento da cidadania ativa, ao inserir o povo como protagonista na formulação e implementação de ações sociais. Entre suas principais contribuições estão o reconhecimento dos saberes populares, a promoção da justiça social, a formação crítica dos cidadãos e o fortalecimento da democracia participativa. Assim, a Educação Popular constitui um campo de saber e prática comprometido com a transformação da realidade, alicerçado em princípios de diálogo, solidariedade, autonomia e emancipação, tornando-se estratégia de resistência, inclusão e construção de uma sociedade mais justa e igualitária.

Palavras-Chave: Cidadania; diálogo; educação; Educação Popular; Paulo Freire.

Resumen

¹ (Mestranda em Educação Profissional-Universidade Federal do Pampa-UNIPAMPA-Campus Jaguarão-Rio Grande do Sul-Brasil- elizabetefariasaluno@unipampa.edu)

² (Doutora em Pedagogia Lisiane Costa Claro, Universidade Federal do Pampa-UNIPAMPA-Campus Jaguarão-Rio Grande do Sul-Brasil- lisianeclaro@unipampa.edu)

Este trabalho busca identificar las principales contribuciones de la Educación Popular a la educación a través de los textos *Pedagogía del Oprimido* de Paulo Freire (1987) y el *Marco de Educación Popular* (2014; 2025). La Educación Popular (EP) tiene sus raíces en el pensamiento y la pedagogía de Paulo Freire y en prácticas educativas orientadas a la emancipación de los individuos y la transformación social, reconocidas en las políticas públicas brasileñas, como se evidencia en la publicación del *Marco de Educación Popular*, lanzado en 2014 y revisado en una nueva versión (Brasil, 2025). La EP constituye una práctica educativa liberadora y transformadora, basada en el diálogo, la valoración del saber popular y la construcción colectiva del conocimiento, buscando la emancipación de los sujetos históricamente oprimidos. Freire (1987) propone superar el modelo educativo tradicional y adoptar una educación dialógica, en la que educador y aprendiz se enseñan mutuamente, con el mundo como mediador. Esta concepción rompe con la lógica de la opresión, promoviendo la conciencia crítica y el compromiso social. Con ella, se percibe la relevancia del conocimiento popular en el desarrollo de una educación comunitaria. El Marco de Referencia (Brasil, 2014; 2025) refuerza esta visión, reconociendo la Educación Popular como un instrumento político-pedagógico que articula cultura, derechos humanos y participación social. Contribuye a la democratización de las políticas públicas y al fortalecimiento de la ciudadanía activa, incluyendo a la población como protagonista en la formulación e implementación de acciones sociales. Entre sus principales aportaciones se encuentran el reconocimiento del conocimiento popular, la promoción de la justicia social, la formación crítica de la ciudadanía y el fortalecimiento de la democracia participativa. Así, la Educación Popular constituye un campo de conocimiento y práctica comprometido con la transformación de la realidad, basado en los principios de diálogo, solidaridad, autonomía y emancipación, convirtiéndose en una estrategia de resistencia, inclusión y construcción de una sociedad más justa e igualitaria.

1. Introdução

A Educação Popular surgiu no Brasil como um movimento social e pedagógico comprometido com as classes populares e com a transformação social. Inspirada nas ideias de Paulo Freire, essa prática propõe a libertação dos oprimidos (Freire,1987) por meio da conscientização crítica enquanto processo e da ação coletiva. Nas últimas décadas, especialmente, após a redemocratização do Brasil e com os avanços das políticas públicas voltadas à inclusão e à participação social, essa modalidade de educação conquistou importantes espaços de reconhecimento e atuação.

O Marco de Referência da Educação Popular (Brasil,2014;2025) reafirma essa perspectiva, reconhecendo-a como base teórica e metodológica para políticas públicas emancipatórias e democráticas. Assim percebemos, a relevância dos saberes populares na elaboração de uma educação voltada para a comunidade, principalmente as camadas populares e grupos historicamente oprimidos, garantindo suas vozes e demandas.

2. Concepção de Educação Popular:

A Educação Popular parte da ideia de que todos os sujeitos são portadores de saberes e que a educação deve ser um processo dialógico, participativo e transformador. Em *Pedagogia do Oprimido* (1987), Paulo Freire defendia que a educação deve promover espaços para a constituição da consciência crítica (conscientização), estimulando os educandos a compreenderem sua realidade e a agirem para transformá-la. Para Paulo Freire (1987, p.79) “Ninguém educa ninguém, ninguém se educa a si mesmo, os homens se educam em comunhão, mediatizados pelo mundo.” Compreendemos, que a Educação não se trata de um ato de transferir conhecimento, porém da busca pela construção conforme a realidade do sujeito, afirma que educar é um processo relacional: pressupõe diálogo, respeito e reconhecimento da dignidade do outro.

No *Marco de Referência da Educação Popular* (2014): A Educação Popular é apresentada como um conceito polissêmico e em permanente disputa política e social. O documento explica que, ao longo da história, a Educação Popular assume diferentes sentidos: direito de todos à escola, isto é, uma educação pública e estatal voltada ao povo; prática emancipatória, ligada à transformação da realidade e à construção de uma sociedade justa e igualitária; educação para o povo, voltada à formação de mão de obra para o mercado, sem compromisso com a emancipação humana.

Na revisão do documento, a Educação Popular é enfatizada simultaneamente como “uma concepção filosófica, ética, política e pedagógica, além de um conjunto de metodologias educacionais participativas. Ela promove a articulação de diferentes saberes e práticas, enraizados na diversidade cultural e nos direitos humanos” (Brasil, 2025, p. 10). O Marco, ainda destaca que sua gênese parte do protagonismo das classes populares na luta por transformações sociais, econômicas e políticas. Por tanto, a principal contribuição da educação, sob essa ótica, é formar sujeitos conscientes, protagonistas de sua própria história e comprometidos com a transformação social e a emancipação coletiva, articulando o saber popular e o conhecimento científico na luta pela cidadania e pela justiça social.

2.1. A Educação Popular para Paulo Freire em *Pedagogia do Oprimido* (1987)

A obra *Pedagogia do Oprimido* de Paulo Freire (1987) é um marco na formulação teórica e prática da Educação Popular, concebida como um processo libertador e crítico, voltado à emancipação humana. Freire propõe uma educação que supere o modelo tradicional, chamado por ele de “educação bancária”, no qual “os educandos são os depositários e o

educador o depositante” (Freire, 1987, p. 80). Nesse modelo, o conhecimento é imposto de forma autoritária, ou seja, oprimindo as opiniões e reflexões do educando, assim impedindo o diálogo e a transformação da realidade.

Freire enfatiza que a verdadeira educação “não pode fundar-se numa compreensão dos homens como seres vazios a quem o mundo encha de conteúdos”, mas deve “problematizar os homens em suas relações com o mundo” (Freire, 1987, p. 92). O diálogo é, portanto, a essência dessa pedagogia libertadora, pois representa o encontro de sujeitos que, por meio da palavra e da ação, transformam o mundo e a si mesmos.

2.2. A Educação Popular no Marco de Referência da Educação Popular (2014 e 2025)

O *Marco de Referência* amplia esse entendimento ao afirmar que a Educação Popular deve estar presente nas políticas públicas como prática que valoriza a diversidade cultural e o protagonismo popular. Suas diretrizes orientam a construção de políticas participativas, integrando educação, cidadania e direitos humanos. A metodologia freireana, centrada no diálogo e na horizontalidade das relações, fortalece os processos de inclusão social e democratização do conhecimento. Ressaltamos a importância do diálogo no seguinte trecho: Estímulo ao diálogo com a sociedade, os movimentos sociais e as organizações populares. (Brasil, 2014, p.52). O texto enfatiza que a Educação Popular emancipatória ultrapassa o espaço escolar e se consolida nas experiências e lutas dos movimentos sociais, sindicatos, igrejas de base, movimentos estudantis e organizações populares, tendo como objetivo a formação da consciência crítica e da cidadania. Ela se constitui como um instrumento político-pedagógico de transformação social, que busca superar as desigualdades e fortalecer os sujeitos historicamente excluídos.

Em 2025 esta lei sofreu uma atualização, na qual identificamos no Capítulo 2: Educação Popular nas Políticas Públicas, alguns dos principais temas transversais da Educação: participação social em territórios, valorização dos saberes populares, articulação com a saúde, educação pública, economia solidária, direitos humanos e promoção das diversidades étnico-raciais, de gênero, LGBTQIA+ e das pessoas com deficiência. O documento destaca que essa concepção se vincula à defesa dos direitos sociais: como educação, saúde, moradia, trabalho digno, diversidade cultural e participação política e é, portanto, dialogando com as diversas dimensões da vida social e com as políticas públicas.

2.3. Diálogos pertinentes da Educação Popular na Obra Pedagogia do Oprimido e Marco de Referência da Educação Popular

A principal contribuição da Educação Popular, portanto, é possibilitar que os sujeitos se tornem autores de sua própria história, exercendo sua cidadania de forma ativa e crítica. Ela transforma a educação em um espaço de resistência e emancipação, conectando saberes populares e científicos na construção coletiva do bem comum.

3. Conclusões

A Educação Popular representa um marco na luta por uma educação democrática e humanizadora. Ao unir teoria e prática, promove a libertação das consciências e a transformação social. Fundamentada nos princípios freireanos de diálogo, respeito e participação, e legitimada pelo Marco de Referência da Educação Popular, ela reafirma o papel político da educação como prática da liberdade e instrumento de emancipação humana.

Referências

FREIRE, Paulo. **Pedagogia do Oprimido**. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1987.

BRASIL. **Marco de Referência da Educação Popular para as Políticas Públicas**. Brasília: Secretaria-Geral da Presidência da República; Secretaria Nacional de Articulação Social; Departamento de Educação Popular e Mobilização Cidadã, 2014.

BRASIL. **Marco de Referência da Educação Popular para as Políticas Públicas**. Brasília: Secretaria-Geral da Presidência da República; Secretaria Nacional de Participação Social; Diretoria de Educação Popular, 2025.